



**3ª CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº 0624126-54.1999.8.17.0001 (0313720-8)

Apelante: Unibanco União de bancos Brasileiros S/A

Apelado: Rodrigo Ferraz Sobreira de Moura

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

**ACÓRDÃO**

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOCORRÊNCIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. DANO MORAL *IN RE IPSA*. OCORRÊNCIA. JULGAMENTO *ULTRA PETITA*. INEXISTÊNCIA. REFORMA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

1 – De acordo com informação colhida no próprio *site* do apelante, este assumiu, em 1995, as operações bancárias do Banco Nacional, o que lhe põe na condição de fornecedor do serviço bancário que anteriormente era prestado pelo Banco por ele assumido. Logo, se o réu assumiu as operações bancárias do Banco Nacional, daí decorre naturalmente a sua legitimidade para responder pelos serviços bancários do banco que assumiu, mercê do art. 3º do CDC, que consagra o conceito de fornecedor para a legislação consumerista. Preliminar de ilegitimidade *ad causam* rejeitada.

2 – No caso em apreço, independentemente da conta corrente do autor ter sido, ou não, encerrada, o banco réu foi negligente, pois não agiu com a cautela devida ao devolver os cheques sem provisão de fundos, deixando, inclusive, de proceder à conferência da assinatura do correntista, ora apelado, com o “cartão de autógrafa” respectivo.

3 – Se o banco agiu com negligência, concorreu culposamente para ocorrência do evento danoso e, se assim o fez, não há que se falar em culpa exclusiva da vítima, ou inexistência de defeito na prestação do serviço, como tenta fazer crer o apelado. Então, não havendo culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, e estando presente a falha na prestação do serviço, a responsabilização civil do apelante é medida que se impõe.

4 – No tocante à alegação de julgamento *ultra petita*, convém esclarecer que não há julgamento além dos limites do pedido na hipótese em que o órgão judicial fixa indenização em montante superior ao valor da causa, mas compatível com o pedido inicial, em que se requereu condenação em danos morais e materiais, pois foi observado o princípio da correlação ou congruência entre o pedido e a decisão, tendo sido a questão analisada e decidida como posta a julgamento.

5 – Como já apontado, o valor da indenização não deve se transformar em fonte de enriquecimento sem causa do ofendido, o que, dadas as peculiaridades do caso, ocorreria se o valor fixado na sentença fosse cancelado por esta Corte.

6 – O valor da condenação por danos morais deve ser redimensionado para o patamar de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), afinando-se, assim, com a finalidade da indenização.

7 – Recurso parcialmente provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos a Apelação Cível nº 0624126-54.1999.8.17.0001 (0313720-8), em que figuram como Apelante Unibanco União de bancos Brasileiros S/A e como Apelado Rodrigo Ferraz Sobreira de Moura, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por maioria de votos, em DAR PARCIAL PROVIMENTO à Apelação, nos termos do voto do Revisor.

Recife,

29-11-2014

Des. Bartolomeu Bueno

Relator



**A 3ª CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº 0624126-54.1999.8.17.0001 (0313720-8)

Apelante: Unibanco União de bancos Brasileiros S/A

Apelado: Rodrigo Ferraz Sobreira de Moura

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de apelação manejado pelo Unibanco União de bancos Brasileiros S/A com o escopo de reformar a sentença (fls. 188/200) prolatada pelo Juiz de Direito da 16ª Vara Cível Comarca de Recife, que julgou procedente ação de indenização por danos morais proposta por Rodrigo Ferraz Sobreira de Moura.

A peça de ingresso (fls. 02/06) narra, em suma, que: a) o autor era titular conta corrente junto ao Banco Nacional e, por força de intervenção do Banco Central, as contas correntes daquele banco foram transferidas ao réu; b) no ano de 1998, o demandante era devedor do extinto Banco Nacional, sendo o débito objeto de 02 (duas) execuções civis, ambas extintas, com resolução do mérito, através de acordo firmado naqueles autos; c) após a celebração da mencionada transação, o autor solicitou ao réu o cancelamento de sua conta corrente, no que foi informado de que o seu pedido seria prontamente satisfeito; d) em setembro de 1998, o demandante teve um talão de cheques do antigo Banco Nacional furtado de seu escritório, de acordo com Boletim de Ocorrência acostado aos autos (fl. 10), sendo que, na ocasião, sua conta corrente já estava cancelada, razão pela qual o autor acreditou que não haveria maiores problemas com aquele furto; e) no dia 24/09/1998, quando tentava adquirir um automóvel, foi surpreendido com a notícia de que seu nome se encontrava no cadastro do SERASA, concernentes às sobreditas ações de execução já quitadas, e a outros cheques devolvidos após o cancelamento da conta; f) na tentativa de saber o motivo de possuir restrições creditícias, o autor procurou encontrar alguns de seus cheques furtados, sendo certo que dois deles estavam com a Souza Leão, Didier Ltda., de modo que o demandante buscou o representante legal da referida empresa e pagou os cheques, mesmo sabendo que nada devia, para tê-los como prova de que não os emitiu; g) por força dos fatos historiados à inicial, o autor deixou de firmar contratos publicitários na ordem de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

*B.F.*



Diante desses fatos, o demandante ingressou com a presente ação judicial de reparação civil por danos morais contra o réu, requerendo a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, para que fosse determinada a retirada de seu nome do cadastro dos órgãos de proteção ao crédito.

Em sua peça de bloqueio (fls. 59/76), o demandado, em síntese, aduziu que: a) em que pese ter efetivamente posto fim a duas execuções civis mediante composição amigável, o autor jamais requereu formalmente o encerramento de sua conta corrente; b) o demandado agiu com negligência, pois, além de não zelar pela guarda de seus documentos pessoais, permitindo o furto de seu talonário de cheques, somente veio a informar o ocorrido à autoridade policial, através de Boletim de Ocorrência, dois meses depois do infortúnio; c) o demandante jamais informou ao réu acerca do furto, significando dizer que este, em tempo algum, providenciou a sustação do talonário extraviado, permitindo, assim, a livre circulação dos títulos; d) a inscrição do nome do autor no cadastro de inadimplentes não foi realizada pelo Banco Nacional, e sim pelo distribuidor cível, que, através de convênio com os órgãos de proteção ao crédito, lança automaticamente restrições em nomes dos réus que têm contra si ações de execução, falência ou concordata; e) não houve culpa do Banco réu no caso em liça, bem como inexistente prova de resultado lesivo a ensejar reparação civil por danos morais; f) também não restou comprovado o dano material supostamente experimentado pelo demandante.

Registre-se, ainda, que, em petição atravessada nas fls. 150/156, o réu alega a sua ilegitimidade passiva *ad causam*.

Com efeito, pugnou pela total improcedência dos pedidos formulados à inicial e, subsidiariamente, a fixação de valor indenizatório que não ultrapasse a importância de 100 (cem) salários mínimos, conforme jurisprudência dominante nos Tribunais do País.

Na sentença, o magistrado, de pronto, afastou a preliminar de ilegitimidade passiva, ao argumento de que, se o Banco réu "assumiu a atividade operacional bancária do Banco Nacional", tem-se que o demandado é o notório sucessor desta última instituição financeira, apto, portanto, a figurar no polo passivo da demanda.



Ademais, o juiz sentenciante pontuou que a relação jurídica em tela encarta-se no espectro de abrangência do CDC, ao tempo em, invertendo o ônus da prova, observou que incumbia à parte ré trazer aos autos elementos capazes de afastar o seu dever de indenizar, o que não foi feito. Além disso, deixou assentado que, independente da conta corrente objeto da controvérsia ter sido, ou não, encerrada, a instituição financeira ré não agiu com a devida cautela ao devolver os cheques em enfoque sem provisão de fundos, deixando, inclusive, de proceder à conferência da assinatura do autor.

Outrossim, vaticinou que o caso retrata hipótese de responsabilidade civil de instituição bancária pela compensação de cheque sem verificação e comparação da assinatura com a "*carta de autógrafo*" correspondente.

Nesse toar, aduziu que tal tipo de responsabilidade é objetiva, pois os bancos, como fornecedores de serviços, respondem pelos prejuízos, mesmo havendo culpa concorrente da vítima, pois o CDC somente exclui essa responsabilidade em caso de culpa exclusiva do destinatário dos serviços ou de terceiro (art. 14, §3º), o que não ocorreu. Assim, por ser objetiva a responsabilidade, torna-se despicienda a produção de provas para a configuração do dano moral e, por conseguinte, do dever de indenizá-lo.

Firme nessas considerações, a sentença atacada acolheu os pedidos autorais, para condenar o réu ao pagamento do valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a título de danos morais, e na importância de R\$ 80.000, 00 (oitenta mil reais) em reparo aos danos materiais.

Apelação interposta às fls. 217/240, mas inadmitida sob o argumento de estar intempestiva (fl. 275). A decisão que não admitiu o apelo foi desafiada por agravo de instrumento manejado pelo réu, cuja decisão final reconheceu a tempestividade do recurso, motivo pelo qual o magistrado de primeira instância ordenou a remessa dos presentes autos a este Tribunal (fl. 474).

Em sua apelação (fls. 217/240), o réu, ora apelante, após insistir na tese de ilegitimidade passiva *ad causam*, reprisa os argumentos que embalaram a sua contestação, sustentando que: a) se houve devolução de cheque, é porque não houve o pedido formal de cancelamento de conta por parte do autor, ora apelado; b) a negatificação da parte autora deu-se de forma absolutamente legítima, não merecendo



prosperar a presente ação; c) a sentença vergastada incorreu em julgamento *ultra petita*; d) inexistente responsabilidade civil da recorrente, mercê da inexistência de demonstração de danos ou mesmo prejuízo que importe na condenação da parte recorrente ao pagamento de indenização por dano moral ou material; e) não restaram devidamente configurados ou comprovados os danos morais; f) o valor indenizatório estipulado na decisão desafiada foi por demais elevado à vista das vicissitudes do caso concreto.

Em sucessivo, requereu o reconhecimento da ilegitimidade passiva do réu ou, em assim não se entendendo, seja julgada improcedente a demanda formulada pelo apelado. Subsidiariamente, pleiteou o redimensionamento do valor da condenação.

Contrarrrazões às apelações às fls. 245/248.

É o breve relatório. À revisão.

Recife, 30-4-2014

**Des. Bartolomeu Bueno**

Relator Substituto



**3ª CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº 0624126-54.1999.8.17.0001 (0313720-8)

Apelante: Unibanco União de bancos Brasileiros S/A

Apelado: Rodrigo Ferraz Sobreira de Moura

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

**VOTO**

**PRELIMINAR – ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO APELANTE**

À partida, cuido de afastar a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* levantada pela apelante, pelos motivos doravante expendidos.

Conforme a cláusula primeira do contrato de fls. 171/176, firmado entre o réu e o Banco Nacional, tem-se que o objeto deste negócio jurídico foi a realização dos ativos e liquidação dos passivos deste último. Para operacionalizar o objeto do referido contrato, a cláusula segunda informa que a realização de ativos será feita mediante cobrança judicial dos créditos pertencente ao Banco Nacional.

Ora, se ao réu incumbirá a persecução judicial dos ativos do Banco Nacional, é certo também que deve arcar com as cobranças judiciais do passivo. Ademais, de acordo com a cláusula quinta do contrato, o apelante se compromete a assumir o acompanhamento de todas as ações judiciais ajuizadas contra o Banco Nacional, sejam elas de natureza fiscal, cível ou trabalhista.

Ainda em relação à preliminar de ilegitimidade, importa destacar que, de acordo com informação colhida no próprio *site*<sup>1</sup> do réu, ora apelante, este assumiu, em 1995, as operações bancárias do Banco Nacional, o que lhe põe na condição de fornecedor do serviço bancário que anteriormente era prestado pelo Banco por ele assumido.

Nesse prumo, convém salientar que relação jurídica em tela deve reger-se pelo CDC, a teor do verbete nº 297 da Súmula de Jurisprudência do STJ (*O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras*). Logo, se o réu assumiu as operações bancárias do Banco Nacional, daí decorre naturalmente a sua legitimidade

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.itauunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/historia/>



para responder pelos serviços bancários do banco que assumiu, mercê do art. 3º do CDC, que consagra o conceito de fornecedor para a legislação consumerista.

Nesse sentido, colhem-se os seguintes arestos:

LEGITIMIDADE - BANCO NACIONAL S/A E UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS', S/A - SUCESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES - LEGITIMIDADE PASSIVA DO SUCESSOR PARA RESPONDER PELOS DÉBITOS DECORRENTES DE CONTAS DE POUPANÇA AINDA QUE ANTERIORES À SUCESSÃO.

Em dezembro de 1995 o Unibanco adquiriu ativos e passivos do Banco Nacional, passando a administrar a carteira de clientes destes, razão porque como sucessor das obrigações e direitos é parte legítima para responder pelas diferenças de remuneração dos saldos de poupança existentes na instituição sucedida nos períodos referentes aos planos Bresser, Verão e Collor. Precedentes desta Corte.

(...)

(TJ-SP - APL: 992080862321 SP, Relator: Clóvis Castelo, Data de Julgamento: 10/05/2010, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 13/05/2010)

APELAÇÃO CÍVEL. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO UNIBANCO. SUCESSOR DO BANCO NACIONAL. PRECEDENTES DO TJRJ. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. DETERMINAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS PELO BANCO RÉU. POSSIBILIDADE. DEVER DE GUARDA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 355 a 363 DO CPC.

(...)

2. Constitui entendimento assente no âmbito deste Egrégio Tribunal de Justiça, que o Unibanco é parte legítima para figurar no pólo passivo das ações em que se pretende obter os expurgos inflacionários referentes aos planos econômicos, diante da sua incorporação do passivo do extinto Banco Nacional. (...).

(TJ-RJ - APL: 1298831720088190001 RJ 0129883-17.2008.8.19.0001, Relator: DES. MARCOS BENTO DE SOUZA, Data de Julgamento: 31/03/2010, DECIMA QUINTA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 03/08/2010)



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes



Isto posto, **REJEITO** a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* do  
apelante.

É como voto.

Recife, 28-1-2014

**Des. Bartolomeu Bueno**

Relator





**3ª CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº 0624126-54.1999.8.17.0001 (0313720-8)

Apelante: Unibanco União de bancos Brasileiros S/A

Apelado: Rodrigo Ferraz Sobreira de Moura

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

**VOTO**

**MÉRITO**

Cinge-se a questão em saber se a inscrição do nome do autor no cadastro de maus pagadores foi indevida, e se, acaso tida como indevida tal inscrição, haveria configuração de dano moral e material passível de reparação civil.

Em sua defesa, o apelante costura a tese de que a culpa pela devolução dos cheques deve ser exclusivamente imputada ao autor, já que este não adotou os procedimentos previstos para o regular encerramento de sua conta bancária.

Nesse quadrante, interessa salientar que, como já adiantado, a relação jurídica em foco é regida pelo CDC, o qual, em seu art. 14, §3º, apenas prevê três hipóteses de exclusão da responsabilidade do fornecedor, a saber: inexistência de defeito do serviço, culpa exclusiva da vítima ou culpa exclusiva de terceiro.

No caso em apreço, independentemente da conta corrente do autor ter sido, ou não, encerrada regularmente, o banco réu foi negligente, pois não agiu com a cautela devida ao devolver os cheques sem provisão de fundos, deixando, inclusive, de proceder à conferência da assinatura do correntista, ora apelado, com o "*cartão de autógrafo*" respectivo.

Como já bem sinalizado na sentença atacada, é acintosa a divergência entre as assinaturas apostas nos cheques acostados na petição inicial (fls. 11/12 e 16/35), o que vem a cimentar a ideia de que o apelante procedeu com negligência na prestação do serviço que ofertava ao autor. A discrepância entre as assinaturas reponta um tanto mais luminosa quando se coteja as lançadas nos referidos cheques com aquela colhida no instrumento de procuração (fl. 07). Resta nítida, portanto, a falha na prestação do serviço.

Deveras, se o banco agiu com negligência, concorreu culposamente para ocorrência do evento danoso e, se assim o fez, não há que se falar em culpa exclusiva da

Bf.



vítima, ou inexistência de defeito na prestação do serviço, como tenta fazer crer o apelado. Então, não havendo culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, e estando presente a falha na prestação do serviço, a responsabilização civil do apelante é medida que se impõe.

Noutro vértice, é de saber pueril que a relação de consumo encerra, no mais das vezes, vínculo jurídico em que se vislumbra certo desnivelamento entre as partes, sendo que o consumidor encontra-se em condição de vulnerabilidade em relação ao fornecedor. O consumidor, portanto, ocupa, no mais das vezes, posição de hipossuficiência na relação.

Com o escopo de abrandar o desnivelamento na relação consumeirista, o CDC concedeu algumas prerrogativas ao consumidor. Dentre tais prerrogativas encarta-se a inversão do ônus da prova. É que, na linha de raciocínio abraçada pelo CDC, a posição de ascensão do fornecedor face ao consumidor conduz à idéia de àquele deve ser imputado o ônus da prova, justamente por se presumir que detenha mais informações e recursos para embasar sua defesa.

Não é outro o entendimento perfilhado pela jurisprudência pátria:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ÔNUS DA PROVA. REGRA GERAL. ART. 333 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ART. 6º, VIII, CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

1. O art. 333 do Código de Processo Civil traz regra geral de distribuição da carga probatória, regime este que é abrandado em situações específicas, como na legislação consumeirista, em razão da dificuldade da parte mais vulnerável de se desincumbir do ônus probante.

2. Embargos de declaração acolhidos para dar provimento ao agravo regimental.

(EDcl no AgRg no AREsp 55.067/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 19/08/2013)

Nesta esteira, tal como pontuado na sentença, queda-se clara a necessidade de inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII do CDC), mercê da hipossuficiência que acomete o autor na relação jurídica em tela. Logo, incumbe ao



apelante revestir de lastro probatório as alegações veiculadas em sua peça de irresignação.

Contudo, o recurso de apelação aqui focalizado restringiu-se, repita-se, à argumentação de que *"se houve a devolução de cheque, é porque não houve o pedido formal de cancelamento de conta e/ou a parte adversa não adotou os procedimentos previstos para tal encerramento, qual seja, a devolução dos talonários de cheques"*, sem, entretanto, acostar documentos aptos a comprovar tal assertiva.

Adicionalmente, o apelante não logrou êxito em comprovar que os cheques foram emitidos pela pessoa do autor, limitando-se a afirmar genericamente que não praticou qualquer ato ilícito.

Nesta senda, tendo em mira a incúria do apelado em respaldar sua tese de defesa com meios probatórios idôneos, confirma-se a versão fática narrada pelo apelado. Logo, resta assentado que o cadastro do nome do autor junto aos órgãos de proteção ao crédito derivou da desídia do apelante em averiguar com presteza a validade da assinatura aposta nos cheques apresentados para compensação.

Induvidosa, portanto, a configuração do ato ilícito por parte do apelante, já que, em virtude de sua conduta desidiosa, acarretou restrição creditícia indevida ao apelado. Por outro lado, é de se supor que o desleixo do recorrente arranhou o prestígio, a honra objetiva e o bom nome do autor perante a coletividade, haja vista a ampla publicidade atribuída às informações encontradas nos órgãos de proteção ao crédito.

É importante uma mais vez registrar que a relação jurídica em foco nos autos rege-se pelo CDC, o qual prevê a responsabilização objetiva do fornecedor com relação à falha na prestação do serviço, senão vejamos:

**Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.**

Assim, torna-se irrelevante, para fins responsabilização do apelante, a perquirição acerca da culpa ou dolo, sendo suficiente a presença de três elementos,

38



quais sejam, conduta, nexo de causalidade e dano. Presentes que estão tais elementos no caso em apreço, a responsabilização do apelante é medida de rigor.

Saliente-se, outrossim, que a fraude praticada por terceiro, o que se supõe ter ocorrido no presente caso, denota hipótese de fortuito interno incapaz de eximir o fornecedor do serviço da responsabilização objetiva.

É esse o entendimento esposado pelo STJ, que já julgou a questão, inclusive, em sede de recurso repetitivo (art. 543-C do CPC):

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA.  
JULGAMENTO PELA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC.  
RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. DANOS  
CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS.  
RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO  
EMPREENHIMENTO.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno.

2. Recurso especial provido.

(REsp 1199782/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2011, DJe 12/09/2011)

Lado outro, o Superior Tribunal de Justiça possui orientação consolidada no sentido de que o dano provocado pela inserção de nome de forma indevida em cadastro de inadimplentes configura dano *in re ipsa*. Nesta espécie de dano, é desnecessária a apresentação de provas que demonstrem a ofensa moral da pessoa. O próprio fato já configura o dano, a saber:

RESPONSABILIDADE CIVIL. ENCERRAMENTO DE CONTA-CORRENTE COM QUITAÇÃO DE TODOS OS DÉBITOS PENDENTES. INCLUSÃO INDEVIDA DO NOME DA CLIENTE NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL



328

PRESUMIDO. VALOR DA REPARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO. CONTROLE PELO STJ. POSSIBILIDADE.

I - O banco é responsável pelos danos morais causados por deficiência na prestação do serviço, consistente na inclusão indevida do nome de correntista nos órgãos de proteção ao crédito, causando-lhe situação de desconforto e abalo psíquico.

II - Em casos que tais, o dano é considerado in re ipsa, isto é, não se faz necessária a prova do prejuízo, que é presumido e decorre do próprio fato e da experiência comum.

(...).

(REsp 786239/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/04/2009, DJe 13/05/2009)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÍVIDA ORIUNDA DE LANÇAMENTO DE ENCARGOS EM CONTA CORRENTE INATIVA. DANO MORAL. VALOR DA CONDENAÇÃO.

(...)

2. É consolidado nesta Corte Superior de Justiça o entendimento de que a inscrição ou a manutenção indevida em cadastro de inadimplentes gera, por si só, o dever de indenizar e constitui dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado a própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos.

(...)

(AgRg no Ag 1379761/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 02/05/2011)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. ABERTURA DE CONTA CORRENTE POR TERCEIRO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTE. DANOS MORAIS IN RE IPSA. SUMULA 83/STJ. ALTERAÇÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS). RAZOABILIDADE.

(...)

2.- Esta Corte já firmou entendimento que nos casos de inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa.

(...)

*RF.*



(AgRg no AREsp 124.110/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA,  
julgado em 24/04/2012, DJe 11/05/2012)

Em palavras menos congestionadas, o entendimento sufragado pela jurisprudência colacionada aponta no caminho de que a inscrição ou a manutenção indevida do nome do consumidor em cadastro de proteção ao crédito acarreta dano moral *in re ipsa*, não sendo necessária qualquer prova de efetivo e profundo abalo emocional.

No tocante à alegação de julgamento *ultra petita*, convém esclarecer que não há julgamento além dos limites do pedido na hipótese em que o órgão judicial fixa indenização em montante superior ao valor da causa, mas compatível com o pedido inicial, em que se requereu condenação em danos morais e materiais, pois foi observado o princípio da correlação ou congruência entre o pedido e a decisão, tendo sido a questão analisada e decidida como posta a julgamento.

Além do mais, em tema de indenização por danos morais, a importância indicada pelo autor na petição inicial não passa de mera estimativa, cabendo ao juiz definir os limites da compensação monetária. Assim, fica a critério do prudente arbítrio do magistrado arbitrar valor em consonância com as particularidades do caso concreto, podendo a importância ser fixada em valor maior ou menor do que o pretendido, bastando, para tal, existir convincente fundamentação judicial.

Nesse sentido, veja-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO DO VALOR DA CAUSA. CONTEÚDO ECONÔMICO DA DEMANDA. RECURSO INCAPAZ DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O valor atribuído à causa, conforme a maciça jurisprudência desta Corte de Justiça, deve guardar imediata correspondência com o proveito econômico passível de ser auferido pelo autor da ação.

2. Todavia, considerando que na ação de indenização é admissível pedido genérico, quando não for possível, no ajuizamento da ação, determinar-se o quantum debeatur, conclui-se que, se os valores requeridos pelo autor não



podem ser mensurados de imediato, deve ser aplicado, quanto à fixação do valor da causa, o art. 258 do CPC.

Destarte, na impossibilidade de aferição do conteúdo econômico da demanda, o valor da causa pode ser estimado pelo autor em valor provisório, passível de posterior adequação ao quantum apurado na sentença.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 969724/MA, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/08/2009, DJe 26/08/2009)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. PEDIDO GENÉRICO. VALOR DA CAUSA. ART. 258 DO CPC.

1. O valor dado à causa deve ser fixado de acordo com o conteúdo econômico a ser obtido no feito, conforme disposto nos arts. 258 e 259 do Código de Processo Civil. Todavia, na impossibilidade de mensuração da expressão econômica, o valor da causa pode ser estimado pelo autor em quantia provisória, passível de posterior adequação ao valor apurado na sentença.

2. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 714242/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2008, DJe 10/03/2008 RJP vol. 21, p. 124)

No que atina ao valor a ser fixado a título de indenização por danos morais, importante o registro de que inexistem parâmetros objetivos para a sua definição, razão pela qual este deve ser arbitrado pelo julgador de forma prudente, sopesando as peculiaridades do caso concreto, para que não se transforme em fonte de enriquecimento sem causa do ofendido, mas também para que não seja ínfimo ou inexpressivo.

Além disso, sua quantificação deve atender à capacidade econômica do causador do dano, às condições sociais do ofendido, à gravidade da falta cometida, bem assim, atentar à extensão e aos efeitos do prejuízo causado.

Tais critérios têm por finalidade não só alcançar à vítima um montante em dinheiro que sirva para amenizar a dor moral provocada pelo ilícito, mas também possui caráter pedagógico, objetivando inibir futuras transgressões à lei.



Entendo que o montante indenizatório fixado pelo juízo de primeiro grau, qual seja, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) revela-se incompatível com os critérios acima elencados, mostrando-se descompassado com a finalidade da indenização. Como já apontado, o valor da indenização não deve se transformar em fonte de enriquecimento sem causa do ofendido, o que, dadas as peculiaridades do caso, ocorreria, acaso o valor fixado na sentença fosse chancelado por esta Corte.

Em meu sentir, portanto, o valor da condenação por danos morais deve ser redimensionado para o patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), afinando-se, assim, com a finalidade da indenização.

Relativamente aos danos materiais, fixados em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) pela sentença fustigada, esclarecedor é o magistério de Cavaliere Filho:

Convém assinalar, ainda, que o dano material pode atingir não somente o patrimônio presente da vítima, como, também, o futuro; pode não somente provocar a sua diminuição, a sua redução, mas também impedir o seu crescimento, o seu aumento. Por isso, o dano material se subdivide em dano emergente e lucro cessante.

(...)

Consiste, portanto, o lucro cessante na perda do ganho esperável, na frustração da expectativa de lucro, na diminuição potencial do patrimônio da vítima. Pode decorrer não só da paralisação da atividade lucrativa ou produtiva da vítima, como, por exemplo, a cessação dos rendimentos que alguém já vinha obtendo da sua profissão, como, também, da frustração daquilo que era razoavelmente esperado.<sup>2</sup> – Grifos Nossos

No caso em comento, restou comprovado, mediante o documento de fl. 14, que o autor, em virtude da conduta ilícita do réu ao inscrevê-lo indevidamente no cadastro de inadimplentes, deixou de firmar, com empresa de reconhecida capacidade econômica, contrato de prestação de serviços publicitários no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

<sup>2</sup> CAVALIERE FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil. São Paulo: Ed. Atlas, 2010, p. 74/75.





Presume-se, portanto, que era razoavelmente esperado que autor auferisse aquela quantia, acaso não tivesse sido indevidamente cadastrado junto ao SERASA pelo réu.

Diante de tais considerações, conclui-se que, assim como determinado na sentença invecivada, o valor indenizatório pertinente aos danos materiais, consubstanciados nos lucros cessantes, deve corresponder aos R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) que o autor deixou de ganhar, haja vista tal ganho decorrer de uma expectativa legítima e razoável à vista de documento encartado nos autos.

Forte em tais apontamentos, voto no sentido de **DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Apelo**, apenas para reduzir o valor da condenação por danos morais para o patamar de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), ao tempo em que, de resto, mantenho a sentença desafiada, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Recife, 29-1-2014

  
Des. Bartolomeu Bueno

Relator